

CONCLUSÃO

Cinquenta anos de desenvolvimento e crise

São passados agora um pouco mais de cinquenta anos do início da Revolução Industrial Brasileira. Nesse período, cuja análise foi objetivo deste livro, o Brasil passou por profundas transformações. Os primeiros trinta anos foram marcados por um grande e continuado processo de desenvolvimento. É o período específico da Revolução Industrial Brasileira, que transforma o país de uma economia agrícola mercantil em uma economia capitalista industrial. Em seguida, a partir de meados dos anos cinquenta, estabelecidas as bases de uma economia capitalista industrial integrada, os ciclos econômicos tornam-se endógenos, e os períodos de expansão passam a ser seguidos de períodos de desaceleração e recessão.

Nesses cinquenta anos de intensa acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, as transformações não foram apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. Não foram apenas a estrutura produtiva e a forma de relacionamento econômico com o resto do mundo que mudaram radicalmente. Também as relações de produção alteraram-se. Novas classes e frações de classe surgiram: a burguesia industrial, o operariado urbano e a nova classe média assalariada ou tecnoburocrática. E novas ideologias ganharam espaço: a ideologia burguesa modernizou-se e tornou-se hegemônica; a ideologia tecnoburocrática, eficientista e racionalizadora cresceu em importância; e os ideais socialistas democráticos, ainda que minoritários, ganharam autenticidade, deixando de meramente reproduzir as palavras de ordem das diversas facções da esquerda internacional. De um modo geral, à medida em que o país se desenvolvia e transferia para dentro de suas

fronteiras os centros de decisão econômica e política, sua cultura deixava de ser um mero transplante de idéias importadas.

No plano econômico, todo o período foi marcado por uma industrialização substitutiva de importações, em que o coeficiente de importações (importações em relação ao PIB) baixou sistematicamente. O chamado Modelo de Substituição de Importações caracterizou os primeiros trinta anos, e correspondeu, no plano político, ao Pacto Populista. Mas a partir de meados dos anos cinqüenta já se define um novo modelo de desenvolvimento: o Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado, baseado na concentração de renda e no crescimento explosivo do Departamento III, produtor de bens de consumo durável, que tem como correspondente político o Pacto Autoritário Capitalista-Tecnoburocrático, que se define com cerca de dez anos de defasagem, em 1964.

A presente crise econômica e política, iniciada em 1974, é provavelmente uma crise de transição. Não apenas para um novo padrão de acumulação, mas talvez possa ser chamado de Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Maduro, mas também para um novo pacto político, desta vez de caráter democrático.

Desde o momento em que escrevi os capítulos VIII e IX deste livro (meados de 1982) até o presente momento (dezembro de 1982), a crise apenas aprofundou-se. No plano econômico, como já estava previsto, o país está em pleno processo de renegociação de sua dívida sob os auspícios do FMI, depois de praticamente ter tido uma ruptura internacional de caixa. As quebras do México e da Argentina, em setembro de 1982, precipitaram a crise do sistema financeiro internacional baseado na reciclagem por parte dos bancos privados dos *deficits* provocados, primeiro, pela Guerra do Vietnã e, em seguida, pela elevação dos preços do petróleo, em 1973. Esse sistema está agora em colapso e provavelmente só se recomporá depois de uma maciça intervenção dos bancos centrais e do FMI, ou seja, através de uma reorganização institucional do sistema financeiro internacional baseada em um maior controle dos Estados e dos organismos internacionais.

No plano político, e também como já estava previsto, as eleições gerais de 15 de novembro marcaram uma significativa vitória, em termos de votos, das oposições, que alcançaram quase 60% dos votos, o que representa uma vantagem de cerca de 10 milhões de votos sobre um total de 54 milhões de eleitores. Em 10 dos 22 estados a oposição foi vitoriosa, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A base do PDS foi o Nordeste, onde o capital mer-

cantil-especulativo é ainda dominante nas pequenas cidades e o sistema político ainda é marcado pelo coronelismo. Não obstante a significativa vitória eleitoral da oposição, o PDS, devido aos casuís-mos eleitorais, conservou a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá o novo Presidente da República no início de 1985. A manifesta falta de legitimidade e de representatividade dessa forma de eleger o novo presidente, entretanto, acentuada pelo resultado das eleições, aprofundará a crise política nos próximos anos. A sociedade deixou claro nas eleições que deseja a democracia, mas o regime continua basicamente autoritário, apoiado no processo de "abertura" oficial que estas eleições deixaram mais uma vez muito claro, que não se confunde com o processo de redemocratização.

A superação desta crise depende de várias variáveis. No plano econômico, depende de um lado da recuperação da economia mundial, e de outro, da capacidade de as classes dirigentes no Brasil formularem uma política econômica adaptada às características e às necessidades da economia brasileira. O país já alcançou o estágio de desenvolvimento relativamente auto-sustentado, mas a ameaça de desindustrialização do tipo argentino e chileno não deve ser posta de lado. Uma grande burguesia industrial, uma ampla classe média tecnoburocrática e uma classe operária que começa a organizar-se, ao lado de um Estado economicamente poderoso, são a garantia maior de que não seremos vítimas de semelhante tragédia. Mas não há certezas nesta área.

Na verdade, a solução da crise econômica dependerá, mais do que de qualquer outra coisa, da formação de um novo pacto político, que dê legitimidade a um novo Governo que dele resultar. O atual Governo, fruto de um pacto político autoritário superado, perdeu legitimidade e está economicamente paralisado. Sua política econômica é um mero reflexo das pressões e contra-pressões do sistema econômica interno e internacional. Só um novo Governo, investido de nova legitimidade, provavelmente nos quadros de uma nova aliança democrática da burguesia industrial com as classes médias tecnoburocráticas e a classe operária, permitirá a realização da nova política econômica. Não se trata de reeditar o populismo, porque a luta de classes, expressa em reivindicações sociais e políticas permanentes, será mantida. Trata-se, porém, de melhor definir e aprofundar um pacto social que permita o funcionamento de uma sociedade democrática moderna e diversificada.

A crise total de 1983

Do momento em que escrevi os capítulos VIII e IX deste livro (meados de 1982) até a presente data (julho de 1983) a crise do sistema político e econômico brasileiro agravou-se. Essa crise é tão séria que pode ser considerada uma crise global. Além de abranger aspectos políticos e econômicos, ela é caracterizada pelo fato de que os atores sociais — as diversas frações da burguesia, da tecnoburocracia e da classe trabalhadora — não têm nenhuma idéia clara ou projeto para vencê-la. A sociedade, que era geralmente definida pelo otimismo e pelo alto padrão de realização econômica, é agora dominada pelo pessimismo e pela falta de perspectivas.

No setor econômico era confirmada a previsão de que o país teria de renegociar sua dívida externa. Depois do pedido de moratória do México, em setembro de 1982, a confiança dos bancos internacionais em relação ao Brasil desapareceu rapidamente. As reservas externas do Brasil, cerca de 3 bilhões de dólares em setembro (oficialmente mais de 6 bilhões, pois inclui créditos não-recebíveis), reduziram-se a zero em 2 meses.

Em dezembro de 1982 inicia-se a negociação apesar de o governo brasileiro haver antes afirmado insistentemente que não haveria negociação da dívida com essa instituição, em função de sua má reputação no país.

De fato, desde a década de 50, quando o presidente Juscelino Kubitschek recusou-se a negociar com o FMI, essa instituição é considerada no Brasil um representante do sistema financeiro internacional, incapaz de entender as características dos países subdesenvolvidos. Seus planos de ajustamentos e estabilização, marcados por severas políticas fiscais e monetárias, não são capazes de resolver os problemas de inflação e de déficit em transações correntes, ou podem até resolver esses problemas, mas a um custo social e econômico desproporcional aos resultados alcançados.

No final de 1982, entretanto, o Brasil tinha duas alternativas: declarar uma completa moratória ou declarar uma moratória do principal e continuar a pagar os juros e os dividendos enquanto negocia com o FMI e os principais credores. A segunda alternativa foi escolhida pelo governo conservador brasileiro e, em janeiro, o Brasil assinou sua carta de intenções para com o FMI. Nessa carta, o Brasil comprometeu-se a ter um superávit comercial de 6 bilhões de dólares, um corte de 50% no déficit do setor público e uma taxa de inflação de 90%. De acordo com as estimativas do FMI, esse

processo de ajustamento representaria uma taxa negativa de crescimento no PIB brasileiro de 3,5% em 1983. É importante assinalar que, em 1982, o PIB cresceu 1,4% e a indústria 1,2%. O superávit comercial foi de somente 778 milhões de dólares, e a taxa de inflação, no final do ano, foi de 99,7%, contra um crescimento da oferta de dinheiro de apenas 69,7%.

Nessas circunstâncias, um superávit comercial de 6 bilhões de dólares exigia uma forte recessão, que permitisse um grande corte nas importações. Um corte de 50% no déficit do setor público era impossível de se conseguir, especialmente porque, de acordo com uma metodologia inaceitável, o FMI inclui a correção monetária da dívida pública interna no déficit público; se aumenta a inflação, aumenta esse "déficit público". O alvo a ser atingido em termos de inflação era otimista, mas eventualmente viável.

Com essas medidas, o Brasil receberia novos empréstimos do FMI e dos principais bancos internacionais (cerca de 7 bilhões de dólares se incluirmos os recursos para o financiamento interbancário). A suposição era de que o dinheiro seria suficiente para pagar os juros ou o déficit em conta corrente em 1983, uma vez que o principal já estaria sob moratória.

Em fevereiro de 1983 o país era surpreendido com uma nova maxidesvalorização do cruzeiro de 30%, provocando grande indignação em toda sociedade. Em abril estava claro que os 6 bilhões de dólares de superávit comercial seria provavelmente alcançado graças a uma forte recessão que reduziu as importações, mas o alvo programado para o déficit público era inatingível. A maxidesvalorização e outras medidas de "inflação corretiva" recomendadas pelo FMI tiveram como resultado o aumento do patamar de inflação de 100% no início do ano para aproximadamente 180% (anualizando-se as taxas de inflação de abril, maio e junho). Por outro lado, os novos empréstimos pedidos aos bancos internacionais em dezembro de 1982 não foram suficientes por diversas razões (estimativas otimistas de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, estimativas otimistas de financiamento interbancário de bancos brasileiros com agências no exterior) e o Brasil precisava de mais 4 bilhões de dólares para fechar seu balanço de pagamentos de 1983.

Em conseqüência, desde que não se optou pela moratória dos juros, um novo acordo com o FMI, implicando novas medidas de austeridade, tornou-se necessário. Os fatos de que a recessão já era violenta, o desemprego e as falências cresciam, as importações caíam e o alvo de um superávit comercial de 6 bilhões de dólares

estava sendo alcançado, não impressionaram o FMI. Como a inflação de custos (que no Brasil é autônoma) estava crescendo e o déficit público, em termos nominais, não estava decrescendo, o FMI exigiu um processo ainda mais violento de ajustamento.

Várias medidas foram postas em prática em junho e julho de 1983. A mais relevante delas foi a decisão de cortar os salários reais — política que não era adotada desde 1974. A decisão foi de indexar os salários a 80% do INPC durante os próximos 2 anos. Essa medida representará um corte de mais de 30% nos salários reais em 2 anos. O número exato dependerá da taxa futura de inflação e do “expurgo” adicional do INPC.

As perspectivas econômicas para o final de 1983 são: uma inflação de 180% (o FMI admite 138%); um decréscimo no PIB em 5%; e um superávit comercial de 6 bilhões de dólares. Será o terceiro ano de recessão. O sistema industrial brasileiro estará em perigo. O nível da produção industrial brasileira, em meados de 1983, era aproximadamente igual ao nível de 1979. A capacidade ociosa era de aproximadamente 30%. Poucos acreditam que as medidas exigidas pelo FMI e seguidas pelos governantes brasileiros resolverão os problemas econômicos. Ao contrário, a perspectiva é de que essas medidas agravarão ainda mais a situação. A grande dívida externa brasileira (83 bilhões de dólares em dezembro de 1982) é um problema estrutural que definitivamente não pode ser resolvido através de políticas ortodoxas. E a inflação autônoma de custos ou estagflação que predomina no Brasil não pode também ser controlada por esse tipo de política. Ou melhor: ela pode ser controlada, mas a um custo claramente desproporcional aos resultados que eventualmente possam ser alcançados.

Semiverdades sobre a formação social brasileira

A definição de um novo pacto social democrático e a formulação de uma nova política econômica, capazes de abrir para o país uma nova etapa de desenvolvimento não apenas econômico mas também social, depende, entretanto, de uma correta visão da formação social e econômica do Brasil. É preciso, especialmente, não se deixar iludir por uma série de semiverdades ou de falsas crenças, que derivam de preconceitos ideológicos e da incapacidade de ver os fatos novos em uma sociedade extraordinariamente dinâmica como a brasileira.

Vejamos, muito sumariamente, algumas dessas semiverdades ou falsas crenças. Através de sua crítica eventualmente emergirá uma visão geral da presente formação social brasileira. Só nos interessarão aqui as idéias ou lugares comuns prevalecentes entre os grupos de esquerda democrática, entre os quais me situo. As idéias falsas tanto da esquerda radical quando da direita moderada e radical são irrelevantes no presente contexto.

1. "O Brasil é um país subdesenvolvido". Mais do que uma falsa crença, esta é uma semiverdade. Uma classificação que ainda poderia caber ao Brasil dos anos quarenta ou dos anos cinqüenta, mas que nos anos oitenta, depois de cinqüenta anos de industrialização intensa, exige muitas qualificações.

Se subdesenvolvimento for definido em termos de baixa renda por habitante em relação a outros países, o Brasil será um país subdesenvolvido ou em grau intermediário de subdesenvolvimento. Mas é evidente que essa definição é muito pobre.

Se subdesenvolvimento caracterizar-se pelo caráter dual da sociedade já será necessária uma primeira qualificação: no Brasil não existe a dualidade clássica entre uma sociedade capitalista moderna e uma sociedade pré-capitalista tradicional, o que há é a dualidade entre o capitalismo industrial tecnoburocrático, estatizado, oligopolista, e o capitalismo mercantil, latifundiário e especulativo.

Se subdesenvolvimento for sinônimo de pobreza, algumas regiões do Brasil serão subdesenvolvidas, outras fortemente desenvolvidas. O estado de São Paulo, por exemplo, para quase todos os efeitos, corresponde a um país desenvolvido.

Já se subdesenvolvimento for a incapacidade da economia integrar uma grande parte da população ao sistema produtivo e ao mercado capitalista moderno, levando à constituição de uma massa de subproletários urbanos e rurais, subempregados, subnutridos, economica e politicamente marginalizados, então o Brasil será um país subdesenvolvido.

Se entendermos, entretanto, que o subdesenvolvimento se define pelo caráter agrícola e extrativo, primário-exportador, da economia, o Brasil certamente não será subdesenvolvido. O Brasil é uma poderosa economia industrial, e mais de dois terços de suas exportações já são constituídas de produtos industrializados (mais de metade de manufaturados).

Finalmente, se entendermos subdesenvolvimento como dependência tecnológica e cultural, o Brasil será ainda um país subdesen-

volvido, mas em franco processo de abandonar essa situação.

Na verdade, talvez a melhor forma de caracterizar o Brasil, em termos de estágio de desenvolvimento, é caracterizá-lo como um país "subdesenvolvido industrializado". Ou como um dos "novos países industrializados", de acordo com a terminologia norte-americana a respeito do assunto. Prefiro, entretanto, a expressão "subdesenvolvimento industrializado" porque ela expressa bem as contradições e indefinições do atual estágio de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico da economia brasileira.

2. "O Brasil é um país periférico". Trata-se de uma variação da semiverdade anterior, com ênfase na dependência em relação aos centros de decisão econômicos, culturais e políticos situados nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Entretanto, se examinarmos a sofisticação tecnológica do sistema industrial brasileiro; se dermos atenção para o nível já alcançado por nossas melhores universidades, seja no campo das ciências físico-matemáticas, da engenharia ou das ciências sociais; se considerarmos a diversificação e amplitude do mercado para as artes em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro — começaremos a perceber que o Brasil já não está tão longe do centro.

Na verdade já deixou de ser um mero absorvedor de cultura estrangeira e reprodutor dos padrões de consumo centrais, para começar a gerar ciência crítica e tecnologia própria. Durante o período primário-exportador a cultura brasileira era um mero transplante ornamental da cultura européia. Na medida em que essa cultura não estava ligada aos processos produtivos, mas relacionava-se apenas à modernização do consumo ao nível de uma pequena elite, essa era uma cultura de salão, incapaz de contribuir para uma efetiva avaliação dos próprios problemas brasileiros.

Essa situação começa a mudar radicalmente a partir dos anos trinta e principalmente dos anos cinqüenta, quando surge uma nova geração de intelectuais muito melhor equipados para, utilizando criticamente a cultura estrangeira, analisar a realidade brasileira. Estávamos, entretanto, ainda inteiramente voltados para o Brasil. Mais recentemente, porém, o pensamento brasileiro tende a universalizar-se, na medida em que também os problemas da sociedade contemporânea como um todo começam a ser objeto sistemático de sua análise. Estamos ainda no início desse processo, mas não há dúvida de que a universalização do pensamento brasileiro (e não apenas sua latino-americanização) é um sinal concreto de que o país vai deixando de ser periférico.

Nesse sentido é preciso considerar que o Brasil é de fato a oitava economia (em termos de PIB) do sistema capitalista. Isto significa um imenso mercado interno, e uma presença cada vez maior no plano internacional. Dado o baixo coeficiente de importações do país, a presença comercial do Brasil é ainda pequena. Mas a presença política começa a se manifestar, inclusive através de uma política externa relativamente independente.

3. "As empresas multinacionais, explorando o Brasil, são a principal causa de seu subdesenvolvimento". Esta é claramente uma falsa crença, baseada em um nacionalismo que acaba desviando a atenção dos trabalhadores e da esquerda do seu principal problema: a luta de classes.

Boa parte da chamada "teoria da dependência" orientou-se no sentido de demonstrar o erro desse tipo de visão, que ignora a diferença entre o velho imperialismo primário-exportador, e o novo imperialismo industrializante e desenvolvimentista, que surge com as empresas multinacionais industriais, a partir dos anos cinquenta. Entretanto, talvez porque essa expressão "dependência" seja dúbia, poucos entenderam sua mensagem.

As empresas multinacionais provocam graves distorções na distribuição da renda, na medida em que facilitam ao país a reprodução dos padrões de consumo dos países centrais. Por outro lado, se de um lado transferem tecnologia já pronta para o país, de outro dificultam a geração de tecnologia dentro do próprio país. Finalmente não há dúvida que transferem uma parte do excedente por elas gerado para o exterior. Mas daí para atribuir-lhes a culpa pelo subdesenvolvimento brasileiro, vai uma enorme distância. Afinal os próprios lucros das empresas multinacionais no Brasil dependem diretamente do desenvolvimento do país e do crescimento do seu mercado interno.

Para os trabalhadores não há, na verdade, diferença essencial entre as empresas nacionais e as multinacionais. Sob certos aspectos é inclusive necessário admitir que as empresas multinacionais são mais favoráveis aos trabalhadores: pagam melhores salários e oferecem melhores condições de trabalho. E no processo de luta de classes, são às vezes mais flexíveis do que as empresas locais, que ainda não aprenderam a participar de negociações com os trabalhadores sem o apoio do Estado.

Em qualquer hipótese, as empresas multinacionais são uma realidade fundamental e permanente da formação social brasileira. Já estão integradas ao sistema econômico local, e poderão ser no

futuro parcialmente absorvidas. Nacionalismo em relação às empresas multinacionais significa controlá-las, limitar suas áreas de ação, induzi-las a exportar e a gerar tecnologia no país. Não significa hostilizá-las, muito menos culpá-las de todos os nossos males.

4. "A burguesia é uma classe dominante e autoritária, incapaz de assumir a direção política e econômica do país e de formular um projeto de desenvolvimento". Esta semiverdade está relacionada com a desilusão de quase toda a esquerda em relação às idéias sobre uma "burguesia nacional", que dominaram o Brasil no período populista, principalmente nos anos cinqüenta. É também uma forma através da qual a burguesia se esconde e disfarça sua própria dominação, afirmando-se politicamente débil. Quanto ao caráter autoritário da burguesia, trata-se, sem dúvida de uma constatação histórica, já que a burguesia brasileira, até hoje, em poucos momentos comprometeu-se efetivamente com os ideais democráticos. Mas quando essa afirmação parte de setores radicais da esquerda, que vêem na burguesia brasileira e latino-americana um caráter "intrinsecamente" autoritário, ela perde objetividade e se transforma em dogmatismo ideológico.

Realmente não há por que falar em uma "burguesia nacional" no Brasil, dada a aliança da burguesia brasileira com o capitalismo multinacional. Mas isto não significa que essa burguesia não seja capaz de formular um projeto político próprio, nem que seja intrinsecamente autoritária. Na verdade, o processo parcial de redemocratização do Brasil que vem ocorrendo desde meados dos anos setenta, é em parte consequência de um projeto de hegemonia política da burguesia. Esta classe já alcançou no Brasil a hegemonia ideológica, impondo os valores individualistas e liberais sobre o resto da sociedade, e agora propõe-se a sacudir a tutela autoritária dos militares e assumir o comando político mais diretamente. Provavelmente não logrará plenamente seu intento, inclusive porque as demais classes não aceitarão essa solução linear, que transforma diretamente a classe dominante em classe dirigente.

Sem dúvida a burguesia tem sido uma classe conservadora, marcada historicamente pelo autoritarismo e pela dependência do Estado. Sua visão é curta, sua capacidade de compreensão dos problemas sociais brasileiros, muito limitada. A luta de classes é para ela ainda um fantasma. Mas é necessário não transformar fatores históricos e portanto contingentes em fatores intrínsecos e afirmar que a burguesia é "essencialmente" autoritária, conservadora, e incompetente politicamente. A grande acumulação de

capital ocorrida nos últimos cinquenta anos resultou em transformações profundas, estruturais, nessa classe, a começar pelo fato de que o capital industrial tornou-se definitivamente hegemônico em relação ao capital agrário-mercantil. Hoje a burguesia brasileira é uma nova e poderosa classe social que não convém subestimar.

5. “Os tecnoburocratas são meros assessores da burguesia”. Outra semiverdade que ignora o imenso crescimento do número e do poder da classe média assalariada ou tecnoburocrática, seja nas grandes organizações burocráticas privadas, seja principalmente na grande organização burocrática estatal, civil e militar. Sem dúvida a tecnoburocracia é assessora da burguesia, na medida em que esta é a classe dominante. Mas não há dúvida também que essa classe, sendo portadora de relações de produção e de ideologia próprias, tem interesses e objetivos econômicos e políticos que lhe são específicos. O regime militar instalado no Brasil a partir de 1964 é incompreensível se não partirmos desse fato.

6. “A inflação é o grande problema da economia brasileira e revela a incompetência do Governo”. Não há dúvida quanto à incompetência do Governo, paralisado pela crise cíclica que atinge a economia brasileira. Mas decididamente a inflação, nessa crise, é muito mais consequência e um sintoma do que “o grande problema”. O Brasil vem se desenvolvendo apesar das altas taxas de inflação. E seus efeitos concentradores de renda e distorsivos da acumulação de capital estão relativamente neutralizados pela indexação generalizada da economia.

Na verdade a inflação só se torna um problema fundamental para a economia brasileira nos momentos em que o Governo, influenciado por uma visão monetarista e incapaz de perceber a diferença entre a economia brasileira e a dos grandes países centrais (que não estão indexadas) insiste em adotar políticas econômicas recessivas de caráter monetarista.

7. “A inflação é consequência de uma conspiração das grandes empresas oligopolistas aliadas ao Estado para apropriar-se de excedente através do aumento dos subsídios e do *deficit* público”. Ao invés de uma idéia falsa, esta é uma semiverdade. Não há dúvida que a inflação tem sido funcional para que os setores oligopolistas da economia aumentem sua participação na renda através do aumento de suas margens de lucro. Tem também sido útil para os bancos e rentistas, porque se pretende combater a inflação através do aumento da taxa de juros.

Mas uma vez alcançado determinado patamar de inflação,

este é rígido para baixo devido à indexação e oligopolização da economia. Em conseqüência, não há outra alternativa para o Governo senão entrar em *deficit* — via subsídios e investimentos das empresas estatais — para em seguida poder aumentar a quantidade nominal de moeda. Se não o fizer, ou fizer parcialmente, de acordo com o figurino monetarista que vem sendo adotado desde o final de 1980, a economia entrará em crise de liquidez e em recessão.

8. “A solução para os problemas brasileiros é abandonar o ‘modelo exportador’ e voltar-se para o mercado interno”. Em primeiro lugar, o Brasil nunca adotou um verdadeiro “modelo exportador”. Salvo alguns raros momentos (1967-1974) o Brasil não tem feito outra coisa senão substituir importações e reduzir o coeficiente de importações (relações entre as importações e o PIB). Atualmente nosso coeficiente de importações exclusive petróleo é inferior a 5%.

Em segundo lugar, a melhor forma de o Brasil aumentar seu mercado interno é continuar a crescer. Ora isto só será possível se o Brasil conseguir contornar o grande desequilíbrio de suas contas externas, através do aumento das exportações, já que nosso baixo coeficiente de importações torna praticamente inviável continuar a basear a política econômica na substituição de importações.

Por isso é essencial que o Brasil desenvolva uma política industrial e tecnológica de exportações. O desenvolvimento do mercado interno não precisa de uma política econômica específica. Basta uma política macroeconômica de manutenção da demanda agregada e do emprego e uma política de distribuição de renda. Havendo demanda, a indústria e a agricultura que abastecem o mercado interno reagirão automaticamente, já que dispõem de capacidade instalada, mão-de-obra e tecnologia adequadas.

A idéia falsa não é defender o mercado interno, mas imaginar que haja uma contradição entre o desenvolvimento deste mercado e uma política de exportações. Só haveria contradição se a economia brasileira estivesse trabalhando em regime de pleno emprego e as exportações fossem uma forma de exportar bens de consumo dos trabalhadores e importar bens de luxo e bens de capital, compatibilizando assim concentração de renda e equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas. Ora, este não é o caso do Brasil, pelo menos desde 1975.

Subdesenvolvimento industrializado maduro

Muitas outras semiverdades poderiam ser enumeradas. As que acabamos de examinar, entretanto, somadas à análise que viemos realizando através deste livro, são suficientes para que possamos concluir com uma tentativa de avaliação do presente estágio da economia brasileira e de suas perspectivas.

A presente crise da economia brasileira faz parte de uma crise econômica mundial, que teve início em torno de 1970. Tudo indica que começa então a fase de desaceleração de um ciclo longo ou de Kondratieff, cuja duração é de aproximadamente 50 anos (25 de expansão e 25 de desaceleração). Depois da grande expansão do pós-guerra, provavelmente a economia brasileira e mundial permanecerão em desaceleração relativa até a década de noventa.

Esta desaceleração relativa não implica em taxas negativas de crescimento. Através dos ciclos normais (de aproximadamente 10 anos) a economia deverá continuar a se expandir, mas a taxas menores, ao mesmo tempo em que se prepara um novo ciclo longo de expansão.

Uma crise dessa natureza, porém, é também uma crise de transição não apenas econômica mas também política.

No plano econômico tudo indica que sairemos da crise quando, através de uma política tecnológica e industrial de exportações, o Brasil for capaz de realizar saldos crescentes em sua balança comercial através de exportação de manufaturados tecnologicamente sofisticados mas trabalho-intensivos. Dado, de um lado, o grande endividamento externo do país, e de outro, o alto nível de integração e sofisticação que sua indústria já alcançou (por exemplo: 30% de suas exportações de manufaturados já são máquinas e equipamentos), provavelmente esta é a condição essencial para a continuidade do desenvolvimento brasileiro. É claro que uma política agrícola e uma política energética são também importantes ao nível da produção. Ao nível da repartição é essencial uma política de rendas, que conduza a uma progressiva desconcentração de renda ao mesmo tempo que se mantém em níveis aceitáveis a taxa de lucro das empresas. Isto é possível através da política salarial, do aumento das despesas de consumo social, e de uma reforma tributária que penalize as pessoas físicas, especialmente os rentistas, e dificulte a sonegação fiscal.

Mas o desafio fundamental que a economia brasileira hoje enfrenta consiste em competir em pé de igualdade com os países

centrais na exportação de manufaturados tecnologicamente sofisticados. A economia brasileira vem tendo êxito em sua política de exportação de manufaturados, inclusive produtos tecnologicamente sofisticados. É razoável, portanto, prever que continue a aumentar suas exportações nesta área, sem, nesse processo, se tornar vítima de uma nova divisão internacional do trabalho, segundo a qual exportaríamos manufaturados tecnologicamente simples, que não valorizariam nossa mão-de-obra. Chamo Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Maduro esse novo estágio para o qual caminha a economia brasileira. Continuaremos ainda subdesenvolvidos, na medida em que o setor capitalista altamente produtivo não consegue absorver toda a mão-de-obra disponível, de forma que o sistema social permanece desintegrado. Mas os índices de desintegração estrutural diminuirão, e nos tornaremos grandes exportadores de manufaturados, em competição direta com as economias plenamente desenvolvidas.

Através desse processo crescerá o mercado interno. A idéia de que há uma contradição entre política de exportações e crescimento de mercado interno é um resquício de nossa experiência primário-exportadora, que não faz o menor sentido na economia brasileira atual. O mercado interno aumenta na medida em que cresce o PIB — e o crescimento deste depende hoje de exportações crescentes.

Quanto à melhor distribuição de renda e à integração do proletariado urbano e rural na economia moderna, é claro que não há qualquer automatismo a ser esperado. Estes fenômenos só ocorrerão na medida em que a luta de classes for permanente, na medida em que os movimentos populares, os sindicatos e os partidos de esquerda continuarem a se desenvolver e a reivindicar.

Isto, entretanto, não significa que o Brasil caminha a curto prazo para o socialismo. Uma revolução de esquerda no Brasil atual não tem qualquer possibilidade dado o poder e estabilidade da burguesia e das classes médias tecnoburocráticas, expressos inclusive em termos de ampla hegemonia ideológica. Na verdade, a própria esquerda democrática não se interessa por revolução, não apenas porque verifica sua inviabilidade, mas também porque sabe que uma revolução de esquerda no presente estágio da sociedade brasileira não significaria a implantação do socialismo mas do estatismo.

O caminho em direção a um socialismo democrático e autogestionário, entretanto, não está fechado para o Brasil. É um caminho entre a proposta liberal-burguesa e a proposta autoritário-esta-

linista — um caminho que provavelmente percorreremos de forma relativamente solidária com as social-democracias européias, apesar das especificidades do subdesenvolvimento industrializado maduro brasileiro. É um caminho que toda uma série de movimentos sociais autogestionários alternativos, radicalmente democráticos, prenunciam. Um caminho sem trilhas demarcadas, mas que aos poucos vai deixando de ser utópico.